

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE DE 2011
(Do Sr. Onyx Lorenzoni)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Pesca e Aquicultura sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 52, §2º da Constituição Federal de 1988 e nos arts. 24, inc. V e §2º, 115, inc. I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a V. Exa. seja encaminhado ao Ministro da Pesca e Aquicultura, Sr. Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, o seguinte pedido de informações sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

1. Qual o número de pessoas que possuem registro emitido pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, como pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal? Qual o critério utilizado para essa qualificação? Enviar lista completa dos registrados.
2. Quantas colônias são reconhecidas oficialmente pelo respectivo Ministério? O Ministério realiza fiscalizações no intuito de comprovar o efetivo funcionamento?

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista, a recente, a divulgação na imprensa de que o número de favorecidos com o seguro desemprego durante o período de defeso de atividade pesqueira, a chamada “bolsa pescador”, aumentou consideravelmente nos últimos anos, faz-se imprescindível verificar quais critérios são adotados para a concessão do benefício referido. Cabe destacar que o número de pessoas que afirmam viver tão somente da pesca evoluiu de 113.783 favorecidos para 553.172, no período de 2003 – 2011, ou seja, atualmente mais de meio milhão de pessoas dizem viver da pesca e recebem a quantia de R\$ 545,00/mês.

O Jornal “ O Globo” do dia 4 de outubro de 2011, *Opinião*, p. 6, trouxe a seguinte notícia: “Os gastos do governo, obviamente, cresceram na mesma proporção. Em 2003, o Ministério do Trabalho pagou R\$81,5 milhões a título de seguro-desemprego aos pequenos pescadores. Neste ano, a dotação do Orçamento Geral da União (OGU) é de R\$1,3 bilhão. Este montante corresponde a mais que o dobro do orçamento do Ministério da Aquicultura e Pesca para 2011 (R\$553,3 milhões). O valor bilionário pago com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador aos que vivem da pesca artesanal é, também, quase 3 vezes maior do que as exportações brasileiras de pescado mais crustáceos em 2009, que geraram US\$169,3 milhões (R\$318,3 milhões, com o dólar a R\$1,88). Os números são tão estranhos que parecem “história de pescador”?. É claro que tem boi na linha e no anzol. O procurador da República em Tubarão, Celso Três, afirma: “O pessoal que atua em outras atividades, que nunca viu um peixe na vida, inscreve-se na colônia de pescadores, paga a anuidade, conta como tempo de serviço e se aposenta. Existem o sindicato e a colônia, quase em disputa para ver quem distribui mais atestados. Na prática, basta não ter carteira assinada. Nós processamos aqui mais de 300 pessoas por fraudes, mas é como secar um oceano.”

É imprescindível, portanto, verificar se todos os requisitos para a habilitação ao benefício estão sendo adequadamente cumprido, nos termos da Lei nº 10.779, de 2003, considerando que é atribuição do Congresso Nacional acompanhar e fiscalizar as políticas públicas levadas a efeito por parte do governo.

Sala das Sessões, em de de 2011,

Deputado Onyx Lorenzoni
DEM/ RS